



Dançando com o gigante De como a Europa conseguirá dar conta da prosperidade da China*

19

FRANÇOIS GODEMENT

Durante um bom tempo, os estudiosos insistiram em não se deixar ofuscar pela prosperidade da China. Procuravam entender seus bastidores e encontrar deficiências. Contudo, o crescimento chinês ainda está longe de se completar. A China está se mostrando capaz de administrar os riscos de um crescimento acelerado e conquista cada vez mais importância no cenário internacional. Está mais do que na hora de os europeus declararem a China como prioridade e com ela formularem políticas comuns.

A prosperidade da China só surpreendeu àqueles que julgavam conhecer o país, mas que na verdade o desconheciam. Há quase três décadas há sinais evidentes: um enorme crescimento econômico, gigantescas inovações na infra-estrutura pública, um imenso aporte de investimentos e tecnologia estrangeiros, crescente participação no comércio internacional e a segunda maior reserva de divisas do planeta – estes são os fatores que fizeram com que a China passasse a ser um dos maiores protagonistas do comércio internacional. Visitas de Estado que se impressionam com o *boom* da construção civil, homens de negócio em busca de novos mercados, empreendimentos financeiros que esperavam tirar proveito das enormes reservas de capital da China, todos acreditavam num futuro cor-de-rosa para este país, e parece que tinham razão.

Os especialistas em China, porém, seguiam céticos e julgavam que não apenas o incremento na conjuntura econômica não se sustentaria, como tampouco haveria reformas profundas no sistema político e social. Todos que haviam acompanhado a instabilidade do “Grande Salto Adiante” e da Revolução Cultural conheciam o fenômeno das mudanças radicais e repentinas. Por

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p.14-22, dez. 2005.

várias vezes os dirigentes da China revelaram-se seus maiores inimigos. Durante a primeira década de reformas econômicas (1978-1988), observaram-se mudanças econômicas e políticas, reformas não concluídas e os habituais obstáculos que um poderoso aparelho burocrático, internamente desagregado, pode colocar no caminho de tal arrancada desenvolvimentista. As fraquezas da China eram múltiplas: um enorme contingente de mão-de-obra pouco qualificada, a herança do coletivismo com o costumeiro desperdício de recursos e a poluição ambiental, e um sistema financeiro estatal que drenava a poupança privada para sustentar empresas estatais ineficientes. Ninguém estava preparado para a liberalização do mercado de trabalho. O regime socialista não criou qualquer sistema de seguridade social ou aposentadoria além das garantias de cada empresa estatal. 90% da população não podem contar com adequada assistência à saúde ou suficientes oportunidades de educação.

I. PROSPERIDADE SEM PRECEDENTES

Durante a crise asiática de 1997-1998, a China foi poupada do pior, principalmente devido à sua demora em aderir ao liberalismo, sobretudo no âmbito cambial e financeiro, e por estar bastante protegida do mercado global. A China dominou a crise e conseguiu manter uma taxa de crescimento nominal elevada entre 1998 e 2000, o que, no entanto, não foi decorrente de ágeis reformas, mas sim devido ao maior dispêndio do governo em investimentos públicos; as empresas estatais praticavam *dumping* nas exportações e a volumosa poupança privada não podia ser aplicada em nenhuma outra atividade. Este desequilíbrio e o excesso de dívida pública e no setor financeiro nunca foram seriamente corrigidos desde então. Também aumenta a distância entre ricos e pobres, ocasionada pelas grandes mudanças econômicas. O temor de repúdio social e do caos substituiu os antigos fantasmas: ruína da agricultura e destruição ambiental (início dos anos 80), hiperinflação (meados da década de 1980), descentralização regional (final dos 80), o surgimento da cobrança de uma dívida impagável (meados dos anos 90), bem como deflação e o não-atendimento das regras da OMC (final dos anos 90), todos estes fatores foram responsabilizados pela falta de crescimento da China. Entretanto, apesar de todos os prognósticos possíveis, os líderes chineses mostraram uma enorme capacidade de adaptação, conseguiram forçar mudanças e ao mesmo tempo manter inalterado um aspecto: a sua autoridade. Ao final da década de 1990, o comércio exterior da China era comparável ao da Espanha. Hoje em dia o seu volume fica entre o de França e Alemanha, com tendência a aumentar.

Poderíamos passar longas horas filosofando sobre as deficiências do desenvolvimento chinês das últimas décadas. A produtividade da agricultura ficou baixa e só aumentou naqueles setores onde foi aplicada tecnologia importada. Boa parte do comércio exterior está nas mãos de empresas estrangeiras, sobretudo se considerarmos o processo tripartite de terceirização, que reúne empresas asiáticas, montadoras chinesas e grandes compradores no Ocidente. Há obstáculos que restringem o fluxo de investimentos às regiões costeiras e algumas províncias do interior, de forma que os chineses acabaram elaborando um plano de urbanização nos moldes ocidentais, antes rechaçado com veemência, a fim de eliminar as desigualdades.

O novo mercado de capitais chinês era excessivamente regulamentado, mas ao mesmo tempo pouco fiscalizado, e as transações baseadas em informações privilegiadas constituíam mais a regra do que exceção. O impulso na construção civil foi marcado por especulação imobiliária e foi um dos principais fatores da grande taxa de investimentos na China – atualmente em quase 45% do PIB.

A exploração desenfreada dos recursos naturais e o elevado consumo de energia elétrica, acarretado pelo intenso crescimento do país nos últimos anos, causou grande preocupação no resto do mundo, uma vez que a China é responsável pela elevação dos preços e a escassez de matéria-prima em artigos como petróleo, aço e alumínio, bem como pelo encarecimento do frete marítimo. Em meados da década de 1990 a crise financeira asiática foi uma das principais causas da deflação global do preço dessas *commodities*, o que contribuiu para o prolongamento da prosperidade da economia dos EUA e reduziu os custos de ajuste da conjuntura em países da Europa. Dez anos depois a China passa a ser um elemento gerador de inflação, que poderá disparar os juros no plano internacional e inibir o crescimento da economia de países desenvolvidos. Na verdade, é de se supor que os preços de energia e matéria-prima, que vêm aumentando, prejudiquem mais aqueles países com conjunturas menos eficientes nos setores de energia e recursos naturais, entre estes a China. Entretanto, nada disso tem prejudicado o crescimento da China.

Especialistas em assuntos chineses há tempos formulam um tipo de “teoria do último suspiro” referindo-se ao hiper-crescimento e ao crescente fluxo de exportações. Os líderes do partido chinês há quase cinco anos propagam um “pouso suave”, ou seja, um “esfriamento da febre”. Na verdade temem as conseqüências de um excesso de investimentos e empréstimos, mas ao mesmo tempo desejam provar que o processo de crescimento do país não será tão terrível assim.

Isso surte um curioso efeito, o de que, todos os anos (e também em 2005) o crescimento tem sido maior do que o prognosticado pelo governo. O primeiro ministro Wen Jiabao havia anunciado, no início do ano, a previsão de crescimento das exportações em no máximo 15%, mas acabará ultrapassando os 35%.¹ Também o PIB voltou a crescer, muito embora muitos acreditassem que ele iria entrar em colapso sob o peso da produtividade estimada para mais e dos inflacionados recursos naturais.

Subestimar a própria economia certamente não é herança dos tempos de Mao, mais conhecido por cantar suas glórias. Entretanto, é parte integrante do processo de transformação que segue muito precisamente a máxima de Deng Xiaoping, “tao guang yang hui”: ocultar um pouco as suas capacidades e com isso ganhar tempo. Ainda em 1978 era quase impossível estabelecer o PIB chinês com precisão. Naquela época as autoridades chinesas apenas informavam um valor per capita, que ficava apenas um dólar acima do da Índia: isto facilitava a busca por empréstimos e por ajuda para o desenvolvimento no exterior. O fato de o Banco Mundial e o FMI, a partir de 1991, fazerem suas medições baseados na paridade do poder de compra, praticamente triplicou o valor do PIB chinês, algo que não agradou muito aos especialistas chineses. E a razão é muito simples: a classificação como país em desenvolvimento (o que se aplica a regiões do interior, mas não ao país como um todo) é um aspecto importante da estratégia internacional da China.

Somou-se um outro aspecto, também parte integrante do funcionamento das economias do mundo globalizado e que faz lembrar as falsas previsões para a economia americana desde o início dos anos 90: diversos saldos internos e externos se anulam ou compensam mutuamente, e isto levou a uma trajetória de desenvolvimento arriscada embora funcional, apoiada pelo sistema político pouco ágil. Há exemplos desta falta de equilíbrio, com mecanismos de compensação interna no superávit. As reservas da poupança chinesa, em sua maior parte aplicadas em instituições estatais, foi o que sustentou a capacidade de pagamento do sistema financeiro chinês, sem dúvida onerando as futuras aposentadorias e a poupança privadas. A partir de 1998, o crescente afluxo de capital estrangeiro (inclusive de chineses no exterior) passou a compensar a queda do consumo privado, impulsionando o crescimento econômico. O enorme superávit comercial em relação aos EUA naturalmente é politicamente aceitável, pois a China é o principal comprador dos *treasury bonds* (títulos

1. Relatório e mensagem ao Congresso Nacional do Povo, em 6 de março, 2005

do Tesouro americano), vinculando sua moeda ao dólar americano. Depois da simbiose americano-japonesa dos anos 80, isto passou a ser a sinergia internacional mais poderosa, que, no entanto, estava fundamentada em duas desigualdades mutuamente dependentes: comércio versus fluxo de capital. Desde 1997 a política keynesiana de gastos na China obviamente não dava a menor importância ao financiamento dos mesmos; por outro lado foi o que viabilizou a construção de um sistema de transportes e de suprimento de energia em todo o país. Este fato reduz as deficiências do transporte marítimo e permite às empresas estrangeiras investirem também no interior, onde ainda existe um grande excedente de mão-de-obra barata. Também neste caso, grandes dispêndios do orçamento doméstico equilibram a desigualdade regional e de mão-de-obra. Ao lado de uma crescente parcela de idosos na população, o favorecimento, pela ordem pública, do mercado de trabalho urbano em detrimento das áreas rurais, teve sérias conseqüências: aumentou o custo da mão-de-obra qualificada, e o êxodo rural esvazia áreas agrícolas agora improdutivas, ameaçando com o surgimento de um outro fantasma: uma legião de 250 milhões de pequenos agricultores após a adesão à OMC.

O *boom* chinês parece seguir as lições aprendidas com a realidade do liberalismo da economia americana, ao invés de ouvir os conselhos dos economistas liberais. Portanto, é inútil qualquer comparação entre a China e seus precursores históricos, o Japão e os chamados tigres asiáticos. A única analogia possível é a vinculação do yen ao dólar, praticada pelo Japão entre 1950 e 1971, e o câmbio flutuante da Ásia, vinculado àquela moeda. Isto trouxe sérias conseqüências para a região do euro, que ainda não é capaz de fazer uma política monetária e de interesses soberana, e não dispõe dos mesmos recursos que o Tesouro americano. Além destas semelhanças acima, a China é bastante peculiar nas conseqüências que sua prosperidade gera no panorama internacional. O enorme potencial de mão-de-obra, um rápido desenvolvimento da tecnologia, grandes superávits financeiros, que contradizem os ensinamentos clássicos da teoria econômica, um Estado fortemente centralizador e a formulação de estratégias internacionais fazem da China um caso singular. Até mesmo nos EUA, os que vêem na China uma ameaça referem-se mais ao seu potencial econômico do que ao militar. Há 20 anos atrás, Clyde Prestowitz, do *Economic Strategy Institute*, conclamava o governo americano a “segurar” os cartéis japoneses.² Hoje ele é favorável a uma união mo-

2. Clyde V. Prestowitz. *Trading places, how we are giving our future to Japan and how to reclaim it*. Primeira publicação em 1988.

netária entre os EUA e Japão, a fim de colocar alguma resistência à China.³ Isso pode ser sinal de uma reação exagerada, mas mostra o temor frente ao crescimento chinês.

2. O DRAGÃO SEGUE IMPERTURBÁVEL O SEU CAMINHO

O crescimento da China reflete-se de diversas maneiras em seu status internacional e nas decisões políticas de seu governo. Inicialmente percebe-se um deslocamento no equilíbrio do poder geo-econômico e geopolítico na Ásia. Não importa se os países vizinhos estiverem passando por dificuldades (como foi o caso do Japão na década de 1990 e do sudeste asiático a partir de 1998), ou se estão em franca recuperação (o sudeste asiático nos últimos cinco anos e recentemente o Japão): a China segue imperturbável o seu caminho. Em épocas difíceis consegue eficiência controlando custos e tira proveito de melhorias na conjuntura econômica de outros países asiáticos. Mas estaríamos cometendo um erro se descrevêssemos a China como a locomotiva da Ásia, fazendo uma analogia com o Japão dos anos setenta e oitenta, ou com a Alemanha dos tempos do “Deutsche Mark”: as conseqüências deletérias de seu crescimento são vultosas, os salários sob a forma de investimentos chineses são baixos, tal qual os subsídios e até mesmo a atratividade de seu mercado doméstico. Diferente da opinião mais corrente, a maior parte das exportações de países asiáticos para a China é reexportada por ela, e isto irá durar pelo menos o tempo necessário para que passe a dominar sozinha todo o ciclo de produção. Somente aqueles produtores que estão constantemente atualizando o nível de sua produção não precisam se preocupar. Todos os outros provavelmente serão em breve ultrapassados pelos fabricantes chineses. Foi esta a questão debatida recentemente durante as negociações em torno das importações de têxteis pela Europa. O *boom* de exportações destes produtos pela China prejudica, em primeira instância, os países produtores que exportam seus têxteis para a Europa. Os fabricantes de mercadorias de primeira categoria, por exemplo empresas de moda e *griffes*, não precisam se preocupar com esta situação, bem como aqueles países nos quais a indústria têxtil já deixou de ser importante (como a Grã-Bretanha). Até os EUA, o maior produtor de têxteis até hoje, têm dado menos importância a esta questão no que se refere à China, desde o início das negociações na

3. Clyde V. Prestowitz. *Three billion new capitalists. The great shift of wealth and power to the east*. New York, 2005.

OMC. Muito embora um *boom* semelhante aos dos têxteis ainda não seja realidade no mercado automobilístico, embora já se faça anunciar, em 2006⁴ a China será o terceiro maior produtor mundial de automóveis, irá ultrapassar a Alemanha e certamente estabelecerá uma larga base de produção, que hoje ainda não existe.

Conseqüentemente, a China tem melhorado sensivelmente sua posição na negociação de questões econômicas e comerciais. Devido à importância de seu mercado doméstico, o país exerce influência dominante sobre seus vizinhos, o que foi evidenciado no Acordo de Livre Comércio entre ASEAN⁵ e China (ACFTA) em 2002, quando a China impiedosamente tirou o Japão de seu caminho. Até mesmo com um superávit comercial de 2/3 em relação aos EUA e à Europa, o terço restante ainda é suficientemente atraente para as empresas multinacionais. Este fato e os intermediários, que querem tirar proveito dos preços baratos dos artigos chineses, fizeram com que surgisse nos países importadores destas mercadorias um *lobby* a favor das exportações chinesas. A crescente solvência da China para investir em mercados de capital e aproveitar oportunidades de compra de empresas cria situações como esta: todo o universo financeiro queixou-se da proibição, pelo governo americano, da venda da petrolífera americana Unocal ao gigante chinês de energia CNOOC. A oferta da CNOOC era muito superior que a da Chevron e teria gerado lucros maiores para a indústria financeira.

Esta tendência estimula o desenvolvimento da China no setor de tecnologia de ponta, o que hoje é muito mais relevante do que a simbólica questão da suspensão do embargo militar imposto à China pela União Européia. A Europa decidiu – mediante algumas reservas – desenvolver o sistema de navegação por satélite Galileo em cooperação com a China. O Japão e a China conseguiram se entender em torno da adoção de um padrão comum de telefonia celular de quarta geração. Desde a década de oitenta há esforços conjuntos entre EUA e China na área da física de alta energia. Negócios recentemente fechados, tais como a venda da fabricação de PCs da IBM para a Lenovo, mostram que a China é levada a sério por seus parceiros internacionais. Atualmente a China já tem melhores possibilidades de obter recursos naturais. O petróleo é o fator que motiva o avanço da China em direção à África, e não apenas no Sudão. Travou uma pequena luta de poder com o

4. Segundo previsão da National Development and Reform Commission, Bloomberg.com, 12 de novembro, 2005.

5. Association of South-East Asian Nations (nota de revisão).

Japão em torno da exploração de gás natural no Mar da China Oriental, e pela produção de petróleo russo na Sibéria. Com o Irã cultiva relações especiais devido às reservas de gás deste país, o que inviabiliza uma atitude solidária esperada pelo Ocidente na questão nuclear. Isto já aponta para uma tendência do futuro: os países produtores de petróleo terão que fazer concessões às empresas de energia da China, pouco eficientes em diversas áreas, no que diz respeito a prospecção e produção de novas fontes de energia. As consideráveis reservas financeiras da China poderão ser úteis neste sentido. Na verdade não se trata de possuir ou controlar as reservas de energia, mas sim de usufruir e dividir os lucros que podem ser auferidos por ocasião de aumentos de preço de energia e das matérias-primas. A China deverá reinvestir parte de seu excedente financeiro nos negócios de energia e matéria-prima.

Este é um ponto que devemos acolher com satisfação, pois a outra opção seria uma disputa geopolítica pelo acesso a fontes de energia, impedido pelos cartéis existentes. Ou ainda uma infundável prática de *dumping* pela indústria exportadora da China, para reagir aos crescentes custos de energia e materiais. Todos dependem de que o desenvolvimento da China seja mais orientado financeira e internamente, e que isto ocorra o mais brevemente possível. A alternativa seria a volta ao protecionismo em escala mundial ou uma confrontação estratégica com a China, o que teria conseqüências escabrosas. Há indícios de que o governo Bush agora pretenda privilegiar uma cooperação estratégica com a China ao invés das demonstrações recíprocas de desdém. Isto nos leva a outras conseqüências do rápido crescimento chinês:

- A questão de Taiwan: de importância central para a legitimidade do Estado chinês; não há outro ponto em que a questão da forma de governo seja mais urgente e a distância da China para uma democracia seja maior. Apesar da promessa do governo Bush de defender Taiwan incondicionalmente, agora passou a se opor publicamente a todo e qualquer esforço de independência de Taiwan, deixando entender que as exportações de material militar para Taiwan sejam apenas para fins de “defesa”. A China não conseguiu intimidar Taiwan, mas consegue prolongar seu status quo. Todos os fatores de longo prazo favorecem a unificação de Taiwan com a China: o trânsito de mercadorias e pessoas vem aumentando, além do que o crescente poderio militar chinês tornaria a defesa de Taiwan um empreendimento bastante caro e arriscado para qualquer um.
- As relações com o Japão: apesar de o governo Bush não comentar as relações entre China e Japão, há indícios de que Washington esteja fican-

do um tanto aborrecido com as brincadeiras de seu maior aliado.⁶ A atitude do governo Koizumi, entre outras, em relação ao mausoléu de Yasukuni (ver artigo de Suisheng Zhao nesta edição) ajuda na campanha eleitoral e reforça o espírito guerreiro frente a políticos chineses arrogantes. Mas não promove a integração asiática.

- Assim como o esforço de Taiwan pela independência, a atitude do Japão está se tornando mais um obstáculo à cooperação internacional no nordeste asiático. A solução da questão nuclear da Coreia e da questão de Taiwan requer a cooperação entre China e Japão. Estes problemas sem dúvida terão que ser resolvidos primeiro, uma vez que a nova ordem pós-Guerra Mundial, quando a influência da China não alcançava além de seu próprio litoral, já deixou de existir.
- O status quo e a ascensão da China: passou a ser um hábito advertir a China a manter o status quo. Mas a China não foi vencida na Segunda Guerra Mundial e não sente qualquer culpa histórica. Lá não existe a linha divisória demarcada pelos rios Oder e Neisse para ser reconhecida, apenas existe uma instável ordem pós-Guerra que se estabilizou devido à Guerra Fria. Para poder declarar a China “acionista” internacional, conforme sugerido pelo vice-secretário de Estado americano, Robert B. Zoellick, em fins de setembro,⁷ é necessário haver uma adaptação recíproca, um equilibrado dar e receber.
- Segurança em energia e recursos naturais: o pior cenário para a China seria a imposição de sanções internacionais, como consequência até mesmo do menor conflito militar nas ruas de Taiwan. A China consome mais do que consegue produzir e depende de suas importações. Seus interesses de longo prazo poderiam estar mais próximos da Europa e mesmo do Japão, do que dos EUA, que, como grande produtor de matéria-prima, também tira proveito da gestão dos mercados de energia e de matéria-prima como “bem público”. Até agora a China tem acompanhado a política americana no Oriente Médio com neutralidade. Pela primeira vez coopera na questão da Coreia do Norte. Seria um grande avanço para EUA e Europa se a China aderisse a uma cooperação em relação à questão do Irã, o que

6. Mindy Kotler. *The US-Japan alliance, unbalanced and unfulfilled*. Pacific Forum CSIS, PacNet 46A, 10 de Novembro 2005.

7. Discurso perante o National Committee on US-China Relations, New York, 21 de setembro, 2005.

seria impossível, na prática, sem a participação das companhias chinesas de energia.

- Modernização militar: na Europa esta questão foi analisada pela perspectiva dos direitos humanos e somente depois de ter sido promulgada a lei anti-secessão, que trata da questão de Taiwan. A política de Washington em relação à China cada vez mais segue o seguinte lema: cooperação em todas as áreas – exceto a militar. Esta separação das questões econômicas e geopolíticas das militares é compreensível devido à Taiwan, mas dificilmente poderá ser sustentável a longo prazo. Em primeiro lugar, porque a China estará mais motivada a participar da cooperação internacional visando à obtenção de tecnologia de ponta; se isto não ocorrer, forçaria o desenvolvimento tecnológico por conta própria. Em segundo lugar, porque a atitude do Ocidente em relação à China tem se caracterizado por assumir compromissos e pela crescente cooperação (apesar de ser moralmente questionável quando não vem acompanhada de pressões que vissem mudanças políticas ou melhorias na área dos direitos humanos). Em terceiro lugar, e o mais importante, a cooperação internacional e a transferência de tecnologia são realizadas em altíssimo nível. Daí ser a importância da tecnologia maior do que a das armas. A suspensão do embargo teria conseqüências simbólicas apenas, entretanto, um acordo entre os parceiros ocidentais da China teria notáveis conseqüências sobre seu crescimento econômico e suas futuras capacidades militares.⁸

Por fim, a ascensão da China traz mais uma conseqüência: a nova doutrina oficial foi recentemente declarada “ascensão pacífica”, o que ocorreu após um longo debate que tratava não apenas da demarcação de terreno, mas também de questões substanciais: o Ministério das Relações Exteriores da China persistiu na formulação tradicional de Deng Xiaoping, de que a China deva aguardar tranqüilamente o momento de sua liderança. Com isso pretendia defender a soberania de suas decisões em política externa, contrapondo-se às ambições do influente ex-presidente da Escola do Comitê Central do Partido, Zheng Bijian.⁹ O novo lema da “ascensão pacífica” sugere

8. David C. Gompert, François Godement, Evin S. Medeiros, James C. Mulvenon. *China on the move. A Franco-American analysis of emerging Chinese strategic policies and their consequences for transatlantic relations*. Rand National Defence Research Institute, 2005.

9. Ver Zheng Bijian. China's “Peaceful Rise” to Great-Power Status, *Foreign Affairs*, Setembro/Outubro 2005.

re, segundo diplomatas chineses, uma mudança no equilíbrio de poder. Além disso, alguns adeptos da linha-dura temiam que a China ficasse desacreditada caso algum dia anunciasse medidas rigorosas contra Taiwan. Os partidários do novo lema, por outro lado, destacam que o aumento de poder e prosperidade devem vir acompanhados de mais responsabilidade no plano internacional. No primeiro semestre de 2004 o lema da “ascensão pacífica” desapareceu dos pronunciamentos oficiais, dando lugar ao novo conceito de “desenvolvimento pacífico”, com menos implicações políticas. Mas o primeiro ministro e o presidente recentemente voltaram a usar a antiga formulação com mais frequência, que, não obstante, continua sendo ambígua: parece querer negar qualquer pretensão hegemônica, mas ao mesmo tempo Hu Jintao estabelece a ligação com um outro conceito, o de “democratização das relações internacionais”. Isto quer dizer que a China vai se empenhar pelos direitos de países soberanos face aos poderes ocidentais. Atualmente os líderes do partido chinês parecem reconhecer a necessidade de repensar o papel da China, devido a sua maior importância no panorama internacional.

3. INSTRUÇÕES PARA A EUROPA

Desde a tragédia da Praça da Paz Celestial, ou ainda antes, os europeus têm suas alterações com os chineses. Naquela época, houve uma manifestação conjunta de repúdio ao acontecido, o que, entretanto, fez com que a UE não tomasse qualquer outra medida. Ao final de 2004 e após três declarações da UE, estabeleceu-se uma parceria estratégica com a China e o fim do embargo parecia estar próximo. Ironicamente, ao mesmo tempo a China declarou que, em virtude das restrições impostas pelo embargo, as relações com a Europa não poderiam ser qualificadas como “parceria estratégica”.

A formulação de uma política entre a Europa como bloco e a China esbarra em muitas divergências; isoladamente, alguns países rivalizam disputando a atenção da China. Os britânicos criticam que, durante sua visita oficial à França em janeiro de 2004, o presidente chinês Hu Jintao tenha feito um pronunciamento na Assembléia Nacional e a Torre Eiffel tenha sido iluminada de vermelho. Entretanto, por ocasião da visita de Hu Jintao à Grã-Bretanha em novembro de 2005, vários monumentos foram iluminados com a cor vermelha. E a missão de dar a má notícia sobre o embargo a Hu Jintao ficou para Angela Merkel.

Esta farsa deveria nos servir de lição. Não há razão para a Europa se vangloriar dos elogios dos críticos de Bush que exaltam o sucesso da “aproxima-

ção branda” da Europa com a China. A China atual não é inócua, mas sim um próspero poderio econômico com enormes ambições internacionais, um país governado por uma elite leninista modernizada, cuja sociedade crê que a atração da democracia para o indivíduo é compensada pela consciência coletiva das violações cometidas no Ocidente e no Japão. E não é apenas a China que floresce, mas também as outras economias da Ásia, o que requer um engajamento maior dos governos europeus do que em meados da década de 1990. A fim de lidar de forma adequada com o crescimento chinês são necessários ajustes e decisões bastante abrangentes por parte da UE e seus países membros.

Os europeus fariam por bem avaliar a China separadamente dos EUA e não confiar cegamente nas análises e nas preocupações manifestas por estes.

- Uma política europeia comum para assuntos externos e de segurança deveria declarar a China como prioridade, um pré-requisito para qualquer forma de parceria “estratégica” com a China; isto não significa que Europa e China deverão sempre concordar em questões estratégicas. É curioso que tal “parceria estratégica” tenha sido bastante mencionada ultimamente pelo Comissário de Comércio da UE, não importa quão benévolas suas intenções tenham sido. Se uma coordenação europeia da política em relação à China não for possível, ao menos a França, Alemanha e Grã-Bretanha deveriam coordenar suas intenções. E fariam muito bem por incluir neste círculo um país dos “novos europeus” que conhecesse bem a China, como é o caso da Polônia ou da República Tcheca, além de países que estejam intensamente envolvidos no comércio com a China e Ásia, como por exemplo, os Países Baixos, o porto de entrada para a maioria das mercadorias chinesas.
- A discussão de 2005 em torno do embargo deveria servir de lição política para a Europa. Não ceder às exigências americanas é um êxito para a Europa, que deve dedicar-se à cuidadosa elaboração de condições conjuntamente acordadas que possam substituir o embargo. Se deixar de realizar esta tarefa, a influência da Europa em assuntos internacionais estaria prejudicada.
- A política de comércio e de investimentos praticada com a China deveria ser objeto de constante revisão e coordenação. O debate sobre os têxteis mostrou que esforços protecionistas e a concorrência por liberalização com a China distorcem a política europeia; é bem típico o fato de os EUA terem dado prosseguimento às suas negociações comer-

ciais com a China até novembro de 2005 sem grande alarde, enquanto os europeus lançavam suas acusações uns contra os outros. Sem dúvida, o livre comércio é a única opção realista para as relações sino-europeias de longo prazo. Entretanto, existem múltiplas possibilidades de penetração nos mercados segmentados e regulamentados da China.

A ajuda europeia à China geralmente tem por objetivo deflagrar mudanças em áreas de importância central na sociedade chinesa em franca modernização. Sem dúvida isto é louvável, mas não deveria se transformar na política genérica em relação a esta potência mundial do século XXI. Os reais desafios da Europa são: uma melhor coordenação da política em relação à China, harmonizar os interesses econômicos fundamentais desde a segurança energética até o acesso aos mercados financeiros e a prática de um diálogo aberto, de igual para igual, sobre aspectos estratégicos e militares com a China.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOMPERT, David C., GODEMENT, François, MEDEIROS, Evin S., MULVENON, James C. *China on the move. A Franco-American analysis of emerging Chinese strategic policies and their consequences for transatlantic relations*. Rand National Defence Research Institute, 2005.
- KOTLER, Mindy. The US-Japan alliance, unbalanced and unfulfilled. In: PACIFIC FORUM CSIS, PacNet 46A, 10 de Novembro 2005.
- PRESTOWITZ, Clyde V. *Three billion new capitalists. The great shift of wealth and power to the east*. Nova York, 2005.
- _____. *Trading places, how we are giving our future to Japan and how to reclaim it*. Primeira publicação em 1988.
- ZHENG Bijian. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. *Foreign Affairs*, set./out. 2005.

FRANÇOIS GODEMENT foi fundador do *Centre Asie* do *Institute Français des Relations Internationales* (IFRI) em Paris, do qual foi diretor até 2005. É consultor permanente do Grupo de Planejamento do Ministério das Relações Exteriores da França, e membro-fundador do *Council for Asia-Europe Cooperation*.